10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 31 de Março último, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPITULO 5.º

Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Instituto Comercial do Porto

Artigo 785.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	— 170 000\$00
Para o n.º 3) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros»	+ 170 000\$00

Conforme o preceituado no artigo 16.º do Decreto n.º 44 115, de 23 de Dezembro de 1961, esta alteração orçamental mereceu, por despacho de 13 do mês findo, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 22 de Maio de 1962. — O Chefe da Repartição, *Albertino Marques*.

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 31 de Março do ano corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPITULO 5.º

Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Instituto Industrial do Porto

Do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	— 232 633\$00
Para o n.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros»	+ 232 633\$00

Conforme o preceituado no artigo 16.º do Decreto n.º 44 115, de 23 de Dezembro de 1961, esta alteração orçamental mereceu, por despacho de 18 de Abril próximo findo, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 22 de Maio de 1962. — O Chefe da Repartição, *Albertino Marques*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Portaria n.º 19 218

O regime das campanhas lanares, orientadas pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários, tem-se mostrado eficaz quanto aos objectivos com ele pretendidos.

Na passada campanha, ao considerar-se a situação do mercado e, nomeadamente, a evolução dos preços relativos entre as diferentes classes de lãs, procedeu-se a um primeiro reajustamento dos preços de garantia, no sentido de os aproximar das tendências que o mercado vinha revelando.

Na actual campanha mantêm-se, nas suas linhas gerais, as disposições que regularam as campanhas anteriores e de novo se procede à revisão da tabela de preços de garantia, ajustando-a aos níveis e tendências das cotações da lã no mercado mundial, orientação que se preconiza como a mais adequada à defesa deste sector da produção dentro das actuais realidades económicas.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio, o seguinte:

1.º Continua livre a compra e venda de lã de produção nacional, nos termos desta portaria.

2.º Os grémios da lavoura deverão continuar a promover a concentração das lãs para venda em leilão, com prévia classificação e avaliação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

3.º A compra e venda de peles de ovinos com lã aplicar-se-á o disposto nos n.ºs 1.º e 2.º da presente portaria.

4.º A armazenagem das lãs na concentração para venda, nos termos do n.º 2.º desta portaria, deverá obedecer às directrizes emanadas da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

5.º A Junta Nacional dos Produtos Pecuários só avaliará as lãs concentradas cuja tosquia tenha sido feita sob sua directa assistência técnica ou sob responsabilidade de manejeiros encartados e segundo os preceitos que preconiza e ensina.

§ único. Consideram-se manejeiros encartados os que possuírem cartão de aptidão obtido em curso de tosquia e preparação de velos realizado pela Junta.

6.º Os grémios da lavoura poderão adiantar fundos aos proprietários das lãs concentradas e utilizar para o efeito os financiamentos que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários continuará a fazer-lhes a curto prazo e numa base de preço a indicar.

7.º A Junta Nacional dos Produtos Pecuários continuará a garantir os preços da sua avaliação, recebendo por intermédio dos grémios da lavoura as lãs e as peles com lã que não tenham atingido esses preços no leilão.

8.º Os preços mínimos a garantir pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários às lãs sujas tosquiadas nas condições do n.º 5.º da presente portaria são os que resultam dos preços mínimos para penteados e lavados constantes da tabela anexa a este diploma, consoante as classes e o rendimento em penteado ou em lavado a fundo.

9.º A Junta Nacional dos Produtos Pecuários porá em venda, pelo processo que julgar mais conveniente, as lãs em ramas sujas que tiver adquirido nos termos desta portaria.

§ único. No caso de não conseguir vender essas lãs em sujo a Junta promoverá a sua venda em adequado estado de transformação.

10.º A Junta Nacional dos Produtos Pecuários concederá aos grémios da lavoura, às cooperativas e aos comerciantes de lãs empréstimos sobre penhor de lãs lavadas e penteadas nas condições seguintes:

a) Para os grémios da lavoura e cooperativas o montante dos empréstimos será limitado à importância

correspondente aos preços da avaliação em sujo, o que equivale a 70 por cento do valor do produto depois de transformado, e o penhor será constituído pela totalidade das lãs em rama sujas ou dos produtos e desperdícios que resultarem da sua preparação industrial.

Para facilitar a operação, as responsabilidades dos empréstimos feitos aos grémios da lavoura e cooperativas poderão ser endossadas às entidades transformadoras, que, para todos os efeitos, são os fiéis depositários das lãs em bruto e dos produtos resultantes da transformação industrial confiados à sua guarda;

b) Para os comerciantes de lãs o montante dos empréstimos será limitado a 70 por cento do valor dos lotes de lavados e penteados oferecidos em penhor até ao limite das quantidades correspondentes às compras em leilão.

11.º A Junta Nacional dos Produtos Pecuários promoverá a realização de leilões de lãs nos diferentes estados de preparação de sua propriedade ou pertencentes a qualquer dos sectores interessados no ciclo económico da lã.

12.º A Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios continuará a fornecer à Junta Nacional dos Produtos Pecuários, no princípio de cada trimestre e com relação ao trimestre anterior, os elementos seguintes:

a) Quantidades de lãs nacionais e estrangeiras sujas, lavadas e penteadas adquiridas pelos industriais de lanifícios e de malhas em cada trimestre;

b) Existências de lãs nacionais e estrangeiras em rama, sujas e lavadas e em penteados que se encontram em poder dos industriais da área de cada grémio no final de cada trimestre.

13.º O Grémio Nacional dos Comerciantes de Lãs fornecerá também à Junta Nacional dos Produtos Pecuários, no princípio de cada trimestre e com relação ao trimestre anterior, os elementos seguintes:

a) Quantidades de lãs nacionais e estrangeiras sujas, lavadas e penteadas adquiridas pelos comerciantes em cada trimestre;

b) Existências de lãs nacionais e estrangeiras em rama, sujas e lavadas e em penteados que se encontram em poder do comércio no final de cada trimestre.

14.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria de Estado do Comércio, 4 de Junho de 1962. — O Secretário de Estado do Comércio, *João Augusto Dias Rosas*.

**Tabela de preços a que se refere o n.º 8.º
da Portaria n.º 19 218**

Por quilograma

Lãs não churras de tosquia

Penteados brancos:

Merinos extra	cerca de 70\$00
Merinos finos	cerca de 66\$00
Merinos correntes	cerca de 62\$00
Primas	cerca de 60\$00
Cruzados finos	cerca de 56\$00
Cruzados médios	cerca de 52\$00

Penteados saragoços:

Merinos extra	cerca de 58\$00
Merinos finos	cerca de 54\$00
Merinos correntes	cerca de 50\$00
Primas	cerca de 46\$00
Cruzados finos	cerca de 44\$00

Lavados brancos (para carda):

Merinos extra	cerca de 54\$00
Merinos finos	cerca de 50\$00
Merinos correntes	cerca de 46\$00
Primas	cerca de 42\$00
Cruzados finos	cerca de 38\$00
Cruzados médios	cerca de 34\$00
Cruzados lustrosos	cerca de 32\$00
Peças e aninhos fortes	cerca de 30\$00
Pontas e chocas	cerca de 20\$00

Lavados saragoços (para carda):

Merinos extra	cerca de 44\$00
Merinos finos	cerca de 40\$00
Merinos correntes	cerca de 36\$00
Primas	cerca de 32\$00
Cruzados finos	cerca de 30\$00
Cruzados médios	cerca de 28\$00
Cruzados lustrosos	cerca de 26\$00
Peças e aninhos fortes	cerca de 16\$00
Pontas e chocas	cerca de 10\$00

Lãs churras de tosquia

Lavados churros:

Corrente	cerca de 26\$00
Normal	cerca de 23\$00

Serão desvalorizadas até 20 por cento todas as lãs que apresentem restos de marcas a tinta com base em substância resistente à lavagem industrial.

Secretaria de Estado do Comércio, 4 de Junho de 1962. — O Secretário de Estado do Comércio, *João Augusto Dias Rosas*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 19 219

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Saúde e Assistência, aprovar o seguinte:

REGULAMENTO DOS POSTOS DE ENFERMAGEM

1.º Para efeitos deste regulamento, consideram-se postos de enfermagem os estabelecimentos abertos ao público, qualquer que seja a sua designação, onde se exerça a prática de enfermagem.

§ único. Cada posto funcionará sob a responsabilidade de um enfermeiro legalmente habilitado.

2.º Os auxiliares de enfermagem podem exercer a sua actividade nos postos, quando sob a vigilância e responsabilidade de um enfermeiro. Nos casos em que o serviço seja solicitado ao posto e realizado no domicílio o acto de enfermagem será sempre da responsabilidade do enfermeiro a que se refere o número anterior.

3.º Os postos de enfermagem não podem funcionar sem a presença de um enfermeiro.

4.º Ao pessoal de enfermagem dos postos é vedado fazer tratamentos sem prescrição médica, salvo havendo extrema urgência. Neste caso, porém, o doente, depois de tratado, deve ser enviado a médico da sua escolha, para orientar devidamente o tratamento posterior.

5.º Não pode ser autorizado o funcionamento de postos de enfermagem que não possuam instalações e equipamento adequados.

6.º Cada posto deve dispor, além de instalações sanitárias convenientes, de, pelo menos, três salas com